PAL: 2022/000032
Objeto: Aquisição de Mobiliário de Escritório.
Pregão Eletrônico 004/2023

DECISÃO DE RECURSO

Em cumprimento ao disposto nos termos do artigo 8º, inciso XII, alínea I, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o Pregoeiro deste Conselho, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa FACILLITA SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA, doravante denominada Recorrente, em 06 de março de 2023, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou as empresas vencedoras para os itens 01 e 05 SKS COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA e para o item 09 SERGIO DOMINGUES E CIA LTDA, denominadas Recorridas, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 004/2023.

I - DA TEMPESTIVIDADE

No Pregão Eletrônico, a manifestação da intenção de recorrer deve ser apresentada em campo específico no sistema Comprasnet, sítio de compras do governo, que se oportuniza a partir da habilitação da última proposta, logo após se abrir o prazo para interposição de intenção recursos. Desta feita, havendo registrada prévia intenção de recorrer, e, sendo-lhe aceita, inicia-se a partir daí a contagem do prazo legal para apresentação das razões que é de 3 (três) dias, sendo igual o prazo para apresentação das contrarrazões. A empresa FACILLITA SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA (Recorrente), após aceita a sua intenção de recurso, apresentou TEMPESTIVAMENTE, por meio do Sistema Comprasnet, as suas razões recursais.

II - RESUMO DO RECURSO

A empresa FACILLITA SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA, apresentou, tempestivamente, o recurso contra a decisão do Pregoeiro que classificou a empresa vencedora para os itens 01 e 05, SKS COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, alegando que a empresa vencedora, "*apresentou catálogos para os referidos itens, contendo características que não atendem ao mínimo que foi exigido no termo de referência"*.
A empresa FACILLITA SOLUÇÕES CORPORATIVAS LTDA, no fechamento da fase de habilitação do PE nº 04/2023, apresentou, tempestivamente, o recurso contra a decisão do Pregoeiro que classificou a empresa vencedora para o item 09, SERGIO DOMINGUES E CIA LTDA, alegando que a empresa vencedora, *"não apresentou Laudo/Parecer técnico de acordo com a NR 17"*.

III – DOS PEDIDOS

"Solicitamos que as propostas das empresas declaradas vencedoras para os itens 1, 5 e 9 sejam recusadas, haja vista que as mesmas não atendem os requisitos do edital e comprovadamente irão causar prejuízo ao erário, haja vista se tratarem de produtos muito inferiores ao descritos no termo de referência.
Termos em que pede deferimento."

IV – DAS CONTRARRAZÕES

Nenhuma das empresas denominadas como Recorridas cadastraram contrarrazões no Portal de Compras.

V - DA ANÁLISE

A empresa SKS COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA que teve sua proposta aceita, para os itens 01 e 05, enviou catálogo do produto em anexo em desacordo com o solicitado no edital, comprometendo assim a isonomia da competição.

A competição deve ser justa entre os participantes e a proposta deve corresponder ao solicitado no edital e o produto cumprir estritamente as especificações editalícias.

Ocorre que no caso da empresa SKS COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA os produtos ofertados não atendem ao definido no Termo de Referência, conforme se comprova pelo catálogo e conversa com o fabricante, ambos em anexo. Dessa forma, não atenderá o edital, infringindo os princípios da vinculação ao edital e da igualdade.

O artigo 3º da Lei 8.666/93 dispõe que:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O princípio da igualdade significa, segundo José dos Santos Carvalho Filho, *"que todos os interessados em contratar com a Administração devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro."* DIREITO CONSTITUCIONAL, Atlas, 6ª ed., São Paulo, 1999, p.194.

No caso o concorrente que teve sua proposta aceita e habilitada nos itens 01 e 05 não apresentará o produto em conformidade com o edital e sua proposta (conforme se demonstra pelo catálogo enviado pelo fabricante), não se vinculará ao edital.

No que tange a vinculação ao edital esse princípio impõe que o edital é a lei interna da Licitação e, como tal, vincula aos seus termos, tanto aos licitantes, quanto a Administração que o expediu.

Na percepção de Diógenes Gasparini:

"Submete tanto a Administração Pública licitante como os interessados na licitação, os proponentes, à rigorosa observância dos termos e condições do edital".

Ainda nesse sentido Hely Lopes Meirelles:

"A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. (in "Direito Administrativo Brasileiro", 26ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, São Paulo, 2001, p. 259)".

Nesse sentido, as especificações do produto devem estar em estrito acordo com o estipulado no edital, o que não é o caso dos produtos ofertados pela empresa SKS COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA, nos itens 01 e 05.

No que se refere a empresa SERGIO DOMINGUES E CIA LTDA durante a sessão do pregão supracitado apresentou proposta e catalogo em conformidade com as exigências do Edital.

O termo de referência embora solicite produtos com Laudo/Parecer técnico de acordo com a NR 17, emitido por Ergonomista membro da Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), é omisso no momento da apresentação do referido documento.

Ressalta-se que o Edital no item 9 DA HABILITAÇÃO, não faz menção ao Laudo/Parecer técnico de acordo com a NR 17 como condição para a habilitação de qualquer concorrente ao pregão em tela. Em diligência realizada por esse pregoeiro a empresa SERGIO DOMINGUES E CIA LTDA, apresentou o referido laudo anexado aos autos deste processo.

DO PRINCÍPIO DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO

Conforme se extrai da leitura do art. 3º, caput, da Lei Federal nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Esta vantajosidade pode ser aferida tanto pela perspectiva econômica quanto pelo atingimento de outros objetivos de valores distintos, que também refletem o interesse público. A exemplo, é possível que a vantajosidade recaia sobre o grau de sustentabilidade ecológica apresentada pela proposta.

Ao tratar acerca da conceituação da vantajosidade JUSTEN FILHO elucida:

> "A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos interrelacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração o outro vincula-se à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obriga a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração. "

DO FORMALISMO MODERADO

Não se pode negar que o formalismo constitui importante medida de segurança e previsibilidade dos atos e contribui para garantir o devido processo legal e o cumprimento dos direitos do particular e dos interesses da administração.

No entanto, deve-se ter em mente que o processo administrativo, em especial o licitatório, não representa um fim em si mesmo, mas um meio para o atendimento das necessidades públicas. Neste sentido, o professor Adilson Dallari esclarece que "a licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital".

Sobre o tema, José dos Santos Carvalho Filho leciona que:

> "Não se desconhece que no direito público é fundamental o princípio da solenidade dos atos, mas as formas têm que ser vistas como meio para alcançar determinado fim. Portanto,

> insistimos em que se tem por criticável qualquer exagero formal por parte do administrador. Se a forma simples é bastante para resguardar os direitos do interessado, não há nenhuma razão de torná-la complexa. Cuida-se, pois, de conciliar a segurança dos indivíduos com a simplicidade das formas."

Diante deste raciocínio que se entende que o princípio da formalidade não pode ser utilizado como barreira à concretização da finalidade dos atos e tampouco pode ser exigido quando dispensável, em especial, nos processos administrativo. É neste sentido que se orienta o TCU:

> No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015-Plenário. Relator: Bruno Dantas. Data do julgamento: 04/03/2015).

VI - CONCLUSÃO

Diante dos fatos contidos na análise, **DECIDO COMO PROCEDENTE** os argumentos do recurso no que se refere aos itens 01 e 05, sugerindo retorno dos mesmos a fase de julgamento de propostas.

Diante dos fatos contidos na análise, **DECIDO COMO IMPROCEDENTE** os argumentos do recurso no que se refere ao item 09, seguindo para a decisão da Autoridade Competente.

O pregão seguirá para análise e homologação pela autoridade competente.

Campo Grande/MS, 16 de março de 2023.

_____
Rodrigo Sá Pereira
Pregoeiro